

Juros mais baixos com captação de recursos externos

Maior controle nas dívidas ^{Públicas} dos estados e municípios

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

O Ministério da Fazenda e o Banco Central (BC) estão preparando um programa nacional de ajuste das finanças estaduais e municipais que pode levar à federalização das dívidas com operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), apontadas como um dos principais problemas dos estados. Uma outra opção também em estudo é a captação de recursos externos para refinanciar a dívida com juros mais baixos.

O programa de ajuste pode, entretanto, obrigar os estados a não realizar novas ARO. "Não haverá comprometimento de recursos do Tesouro Nacional sem comprometimento de recursos dos estados", afirmou o ministro Pedro Malan, na sexta-feira. Malan disse que São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Santa Catarina concentram 98% da dívida mobiliária dos estados, objeto das negociações.

O secretário executivo da Fazenda, Pedro Parente, disse que se o governo solucionar o problema das ARO contratadas junto às instituições financeiras e

com juros médios de 5% ao mês, os estados podem ter de se comprometer a não fazer novas contratações. Parente e o ministro Pedro Malan têm discutido seguidamente com os secretários da Fazenda estaduais uma solução para o problema das dívidas, mas fazem questão de dizer que ainda não chegaram a uma conclusão.

Solução passa por um programa de ajuste de médio e longo prazos

Nas discussões, o governo federal insiste que uma solução emergencial passa por um programa de ajuste a médio e longo prazo. "O quadro das finanças dos estados é o caos", ressaltou Parente. "Mesmo se não tivesse dívida, o problema dos estados reapareceria porque as folhas de pagamento têm um crescimento vegetativo de 2 a 3% por mês", explicou Malan.

Em razão desse crescimento, movido pela incorporação de vantagens que levam aumentos salariais compulsórios, é que os es-

tados são obrigados a fazer grande parte das ARO. Segundo o ministro, a maioria dos estados está com 80 a 100% das suas receitas comprometidas com as folhas de pagamento. O governo reclama, entretanto, que ainda há uma dificuldade muito grande em ter acesso às informações sobre as finanças estaduais. "Há resistências e as informações apresentadas têm problemas de consistência", disse Parente.

Nesse contexto de crise, o governo federal conseguiu o apoio dos governadores para a aprovação da reforma administrativa, um dos caminhos apontados para o ajuste fiscal dos estados. "Os governadores estão trabalhando com suas bancadas e tenho de acreditar que isso terá efeito", avaliou Malan.

O ministro defendeu também a aprovação das reformas previdenciária e do projeto de Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ) como fundamentais. "O sucesso do equacionamento (das finanças estaduais) passa pela aprovação das reformas e não vemos possibilidade de resolver a crise fiscal sem isso", afirmou.